



A METROPOLIZAÇÃO E A SEGREGAÇÃO DE CIDADES LATINO-AMERICANAS: PARA CONTRIBUIR NA COMPREENSÃO GEOGRÁFICA DO ESPAÇO URBANO CONTEMPORÂNEO

Lana de Souza Cavalcanti⁵⁸

RESUMO

O texto aborda aspectos da estrutura do espaço urbano, das grandes cidades do mundo contemporâneo e dos países da América Latina. Seu intuito é apresentar alguns elementos da análise desse espaço que permitem apreender sua complexidade, suas contradições, seu movimento. Assim, compreende-se o espaço urbano contemporâneo como produto e condição de produção e reprodução sociais, resultando na criação de lugares valorizados e centrais de um lado e de lugares segregados, periféricos, de outro. No quadro de crise na produção de espaços urbanos segregadores, busca-se pela análise geográfica uma compreensão mais ampla desse espaço e reafirma-se a luta pelo direito à cidade como proposta de outra lógica para sua gestão, na qual deve-se partir do protagonismo do cidadão, dos seus interesses e de sua vida cotidiana. O texto apresenta uma agenda para essa gestão, destacando ações referentes a: acessibilidade urbana democrática, espaços públicos acessíveis para a maioria da população, ambiente cuidado, moradia digna e adequada, participação cidadã no planejamento.

Palavras chave: espaço urbano, produção/reprodução sociais, cidades latino-americanas, direito à cidade.

RESUMEN

El texto aborda aspectos de la estructura del espacio urbano, de las grandes ciudades del mundo contemporáneo y de los países de América Latina. Su intento es presentar algunos elementos del análisis del espacio, que permiten aprehender su complejidad, sus contradicciones, su movimiento. Así, se comprende el espacio urbano contemporáneo como producto y condición de producción y reproducción sociales que resulta en creación de lugares valorizados y centrales de una parte y lugares segregados, periféricos, de otra. En el cuadro de crisis en la producción de espacios urbanos segregadores, se busca el análisis geográfico y una comprensión más amplia, y se reafirma la lucha por el derecho a la ciudad como propuesta de otra lógica para su gestión, en la que se debe partir del protagonismo del ciudadano, de sus intereses y de su vida cotidiana. El texto presenta una agenda para esa gestión, con acciones referentes a: accesibilidad urbana democrática, espacios públicos para la mayoría de la población, ambiente, cuidado, vivienda digna y adecuada y participación ciudadana en el planeamiento.

Palabras clave: espacio urbano, producción/reproducción sociales, ciudades latino-americanas, derecho a las ciudades.

58 Profesora Titular Universidad Federal de Goiás. Goiás. Brasil.

ABSTRACT

The text discusses aspects of urban space structure of major cities of the contemporary world and the countries of Latin America. Its aim is to introduce some elements of analysis of this area which allow you to grasp its complexity, its contradictions, its movement. Therefore, the contemporary urban space can be comprehended as a product and condition of production and social reproduction, resulting in the creation of central places recovered and on one side and segregated seating, other peripherals. In the context of crisis in the production of urban segregators, it's searched by geographical analysis broader understanding of space and reaffirms the fight for the right to the city as proposed another logic to its management, which is from the role of the citizen, their interests and their daily life. The text presents an agenda for such management, highlighting actions relating to: urban democratic accessibility, public spaces accessible to the majority of the population, environment, housing and adequate, citizen participation in planning.

Keywords: urban space, production/social reproduction, Latin American cities, right to the city.

INTRODUÇÃO

As cidades tem sido tema relevante de discussão nas últimas décadas, seja por serem lócus das decisões e transações econômicas, na maior parte do mundo, seja por produzir um modo de vida que se generaliza, tornando-se referência para as pessoas que vivem nos mais diferentes lugares do planeta. A complexidade desses espaços requer dos diferentes campos do conhecimento a investigação de aspectos para a compreensão de sua dinâmica, entre elas a Geografia. Neste texto, apresenta-se uma análise que busca contribuir para essa compreensão, a partir da Geografia, apontando aspectos da estruturação do espaço urbano que caracterizam as grandes cidades de todo o mundo contemporâneo e salientando aqueles que em particular tem definido os arranjos metropolitanos dos países da América Latina.

“FLASHES” DA CIDADE: REVELAÇÕES GEOGRÁFICAS

Por ocasião do aniversário de uma cidade, os noticiários locais costumam abordar o tema do espaço urbano e de seus problemas. Em uma dessas ocasiões, aniversário de Goiânia/Goiás, os dois jornais de maior circulação na cidade estampavam como manchete principal, de primeira página, um tema referente à cidade, mas, cada um a seu modo. Em um deles, a manchete era: “A capital das oportunidades”, seguida do texto:

“Goiânia situa-se entre as sete cidades brasileiras com melhor qualidade de vida e está no grupo com alto índice de desenvolvimento. Economia pujante, oportunidade de emprego e grande leque de opções na área educacional. Goiânia se destaca na qualidade de vida e atrai gente de todo o Brasil em busca de realização profissional. Só em agosto, foram gerados 2.763 empregos na Capital”. (O popular, 24/10/2008, p. 01)

No outro, a manchete era: “ONU considera Goiânia a cidade mais desigual”, e seguia o seguinte texto:

“No seu aniversário, Goiânia recebe notícia preocupante: é líder em concentração de renda na América Latina e no Caribe, dentre 19 cidades de grande e médio porte citadas no relatório Estado

Mundial das Cidades 2008/2009. Divulgado pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), o estudo revela as disparidades sociais a partir do critério da renda. Nenhuma cidade analisada tem tantas diferenças entre ricos e pobres quanto Goiânia. No Brasil, foram analisadas ainda São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba e Brasília. Apesar de ser um dos menores centros urbanos pesquisados, a capital se destacou no ranking, seguida de perto por Brasília”. (Diário da Manhã, 24/10/2008, p. 01)

Esses textos iniciais e a reportagem completa chamaram a atenção pela disparidade de foco que apresentaram. Como pode um mesmo objeto de notícia ser abordado de maneiras tão diferentes? Por que os jornais decidiram destacar esses aspectos? Na verdade, as duas reportagens abordam a cidade a partir de ângulos distintos, sendo que uma não desmente a outra, pois ambos são fundamentados e são perceptíveis empiricamente: a cidade apresentava na época um alto índice de desenvolvimento e também uma desigualdade muito grande, pela alta concentração de renda. Mas, como explicar isso? É que esse desenvolvimento propalado na primeira reportagem é verdade para uma camada da população, na sua maioria composta de pessoas de alta renda, exatamente a que se refere a segunda reportagem.

São aspectos importantes, a serem analisados juntos, pois dá uma idéia da complexidade desse espaço urbano e de seu caráter contraditório. Analisá-los separadamente resulta em compreensão limitada, pois considera-se o aspecto focado como se fosse toda a realidade, ou seja, toma-se a parte como o todo. No caso das reportagens, são análises parciais, que tem enfoques diferentes, que demonstram olhares diferentes sobre um mesmo objeto. O que se quer destacar em cada uma delas é aquilo que aparece mais forte no olhar. Por isso, é importante aprender a olhar de um modo mais abrangente, contemplando os diferentes focos do problema. É isso que o olhar geográfico faz, ou se propõe a fazer.

O olhar geográfico tem como principal lente a paisagem, ela é sua ferramenta primeira. É por meio dela que se pode ir adiante no olhar e buscar os diferentes focos, as diferentes tons, os diferentes textos.

Nesse sentido, vale mencionar ainda outro dado disponível em 2010, em um jornal de grande circulação no Brasil: Folha de São Paulo. Trata-se dos resultados do ranking do índice FIRJAN (Federação da Indústria do Rio de Janeiro) de desenvolvimento municipal - IFDM. Segundo esse índice, que leva em conta os indicadores de desenvolvimento: trabalho e renda, educação e saúde, pode-se afirmar que houve um aumento no nível de desenvolvimento dos municípios brasileiros se comparado com o ano 2000, quando foi feito o primeiro ranking, mas esse desenvolvimento está ainda bastante concentrado na região sudeste do país – 14 das 15 cidades mais desenvolvidas do país estão no estado de São Paulo, enquanto os 15 piores índices de desenvolvimento estão nas regiões norte e nordeste (Folha de São Paulo, 26 de setembro de 2010, cotidiano –C4). Considerando que essa melhoria de desenvolvimento tem como um dos indicadores a oferta de postos de trabalho e formalização de empregos, outro dado chama a atenção, referente ao Município de Macaé, no interior do Estado do Rio de Janeiro, que está entre os 15 com mais alto grau de desenvolvimento por esse ranking. Sobre esse município, o mesmo jornal apresenta a seguinte manchete: “Petróleo cria emprego e favela em Macaé”, base da Petrobrás gera trabalhos qualificados e eleva padrão em parte da cidade, mas impulsiona favelização. E a reportagem continua:

O rio que dá nome a Macaé (norte fluminense) e a corta ao meio também a divide em duas realidades. Ao norte avolumam-se os problemas: falta saneamento, a favelização impera, o comércio é

quase todo informal e o tráfego domina algumas áreas. (Folha de São Paulo, 26/09/2010, Cotidiano, C8).

Esses dados indicam a necessidade de se analisar criticamente índices como esses, que são criados com fins precisos, muitas vezes mais vinculados ao setor econômico, e que trabalham com média, sem considerar as desigualdades internas nos municípios. Por outro lado, é preciso justamente salientar essas aparentes incoerências expressas em tais índices, levando a buscar uma concepção mais ampla, mais integral da cidade. Nesse aspecto, os dados revelam processos contraditórios que ocorrem na dinâmica dessas cidades, aproximando-se das preocupações anunciadas também por Ciccolella, ao questionar sobre as possibilidades de se pensar em uma cidade latinoamericana competitiva, produtiva e ao mesmo tempo socialmente justa e territorialmente integradora.

Al lado de la “ciudad-éxito”, siempre está aquella otra ciudad, la ciudad popular, la que procura soluciones que garanticen la supervivencia y los valores que las mayorías buscan preservar, ya sean identidades, arquitecturas, estilos de vida o simplemente el cotidiano elegido y amado. Esa ciudad, a pesar de todo está viva y demanda soluciones y respeto, cosa que el capital y la pasividad y permisividad del Estado ignoran o atropellan.(Ciccolella, 2010:1).

O autor quando menciona uma cidade “ao lado” da outra não está se referindo a duas cidades; na verdade, o que ele quer chamar a atenção é para a existência de duas realidades contrastantes, num mesmo espaço geográfico, como foi destacado na reportagem sobre Macaé, “dividida” pelo rio. Considero relevante acrescentar que essa idéia de divisão, de uma “cidade” estar ao lado da “outra” (ainda que figurativamente) é observável na paisagem urbana, mas não pode ser analisada como realidades separadas e independentes. De fato, a relação entre elas é de interdependência, pois não há uma “cidade” sem a outra, não há a “cidade-éxito” sem a “cidade dos pobres”, é a existência de uma que permite o desenvolvimento de uma “cidade” distinta, como no caso de Macaé: foi o desenvolvimento econômico por um lado, que se materializou em porções da cidade, que se torna visível nessas porções, que faz avolumar-se, ampliarem-se as distintas porções, as mais pobres, as que resultam de um processo de concentração e atração própria do desenvolvimento, mas que exclui parte dessa concentração como “refúgio”. Há uma única cidade, com desenvolvimento desigual e combinado, cujo processo resulta em realidades contraditórias.

Reforça-se, assim, a tarefa da Geografia urbana de analisar criticamente a realidade das cidades, em contextos determinados, como o latino-americano, que se assemelham em alguns aspectos (como afirma o autor, em seus problemas), mas que possuem suas peculiaridades. Essa análise deve considerar a diversidade de cidades em todo o espaço latino-americano, cidades médias, cidades pequenas, cidades articuladas a redes nacionais, regionais ou globais; cidades não integradas (ou não totalmente integradas) à lógica do modo de produção urbano-capitalista. Porém, aspectos semelhantes podem ser verificados, pois são resultantes da lógica que orienta a produção do espaço urbano.

Essa lógica tem a ver com a sua característica de ser ao mesmo tempo produto e condição de produção e reprodução sociais. Na produção/reprodução dos espaços urbanos, ocorre, ao mesmo tempo, a criação de lugares valorizados e centrais de um lado e de lugares segregados, periféricos, de outro. Dois lados que estão estreitamente interligados e decorrem dessa estratégia de ocupação e apropriação de partes da cidade pelas diferentes classes sociais. A valorização de uma área urbana está associada à produção/reestruturação do tecido urbano para a criação/reprodução de centralidades. Por sua vez, a produção dessas centralidades e de suas áreas valorizadas leva à segregação de grandes parcelas das populações em áreas periféricas. Na estruturação dos espaços urbanos, portanto, o movimento urbano faz com que determinadas áreas tornem-se centralidades, por conta

do trabalho ali materializado, pelas suas condições técnicas e de deslocamento e acessibilidade, possibilitando a maior mobilidade ou o maior fluxo de pessoas e de mercadorias, enquanto isso, outras áreas permanecem desassistidas do ponto de vista urbanístico e social, caracterizando-se pela baixa qualidade de vida que possibilita para quem nela vive.

As áreas valorizadas são eixos dinâmicos da cidade, embora sua localização não coincida necessariamente com os centros originais ou os centros geométricos da malha urbana, e atendem às demandas econômicas voltando-se para o projeto de garantir sua competitividade territorial frente aos processos econômicos globais, projeto mais evidente desde a década de 1990, quando se assistiu à reestruturação do capitalismo, instalando-se o que pode ser denominado de capitalismo flexível. Nesse contexto, os propósitos de gestão do espaço urbano voltados à vida cotidiana de seus cidadãos tendem a perder prioridade, pois a lógica dessa gestão está subjugada à produção de mercadorias, ao consumo, tornando a própria cidade uma mercadoria. Contudo, é necessário salientar, essa subjugação não é completa, pois o movimento social é contraditório, conflitivo, fazendo com que a realidade resulte dessa contradição. Assim, a cidade, desde as últimas décadas do século XX, tem sido produzida para atender às demandas da sociedade: global, informatizada, midiática, estruturada em redes complexas, mas também para abrigar diferentes sujeitos, grupos humanos, que se nutrem de diferentes desejos e metas e que realizam práticas e comportamentos urbanos diversos.

Como local de relações sociais, as cidades são, como já foi dito, espaços contraditórios, pois materializam a dinâmica do capital, de um lado, e da sociedade, de outro. Sua contradição fundamental é o fato de se constituir em espaço produzido socialmente, embora sua apropriação seja privada (Carlos, 2005). Entender essa contradição é fundamental para se entender seus desdobramentos (como, por exemplo, objetivação/subjetivação, concentração/dispersão, local/global, necessidade/desejo), que muitas vezes aparecem como “problemas urbanos” e “questão de planejamento” e não como parte da lógica que estrutura o modelo de cidade predominante no mundo contemporâneo. A compreensão desse fato é fundamental para se entender processos como segregação espacial e negação do direito à cidade, como reveladores da crise da cidade, crise da sociedade, crise do modelo de sociedade.

As cidades, sobretudo as grandes cidades, estão, pois, em crise. Carlos (2004) aponta essa crise como decorrência do aprofundamento das contradições do processo de realização da acumulação em escala ampliada (sinalizada pelo aprofundamento dos processos de segregação urbana). E afirma que também, e em decorrência, vive-se uma crise teórica nas ciências que buscam compreender esse espaço. Para superar a crise, segundo a autora, “a Geografia urbana deve contemplar em sua análise sobre o fenômeno urbano uma crítica à formulação do saber sobre a cidade. Isso porque é impossível separar a produção social da cidade da produção de um pensamento sobre a cidade” (p. 12). A realidade urbana contemporânea, sobretudo ao se pensar em cidades latino-americanas, coloca problemas cada vez mais complexos, o que aponta para a necessidade da produção de um conhecimento que dê conta da compreensão das práticas espaciais nas cidades, nas metrópoles.

Deve-se buscar elementos de análise que considere as contradições da lógica da produção do espaço urbano, apontadas anteriormente, incluindo-se a diversidade de cidades em todo o espaço latino-americano, de seus sujeitos, de sua cultura, e a diversidade de relação dos cidadãos com suas cidades (CAVALCANTI, 2008). Mas, além desses elementos, já consagrados da análise urbana, que outros são necessários para compreender essa complexidade? Há elementos que ajudam a entender melhor a cidade contemporânea? Esse será o objetivo do tópico a seguir.

ELEMENTOS DA ANÁLISE GEOGRÁFICA CRÍTICA DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS

Integrando-se ao processo de reestruturação econômica, pode-se falar em uma tendência mundial à remetropolização, ou reestruturação das metrópoles, a partir da década de 90, com o padrão de concentração-descentralização. Nesse processo, entram em cena as cidades globais, as estratégias de competitividade territorial, os projetos de planejamento articulados ao desenvolvimento e valorização do espaço urbano, as políticas urbanísticas estratégicas, as operações de revitalização urbana. No contraponto, as áreas e os grupos humanos em condições precárias se avolumam, aumentando as desigualdades entre os espaços e entre os homens, tornando mais complexo esse espaço e gerando uma crise urbana vivida no cotidiano, crise prática e crise teórica.

Nessas cidades em crise, os arranjos urbanos revelam resultados de novos papéis do Estado na administração de conflitos entre interesses da sociedade e as necessidades econômicas de uma sociedade global, informatizada, pós-fordista, que reestrutura o mundo do trabalho. Nesse quadro, grande contingente populacional, os chamados refugos humanos (Bauman, 2005), fica alijado nas áreas de periferia pobre, e ampliam-se as dimensões do desemprego estrutural, da precarização das redes públicas de serviços, da privatização do espaço público, da fragmentação dos espaços, levando à intensificação da divisão, da formação de guetos.

Nesse cenário, as cidades latino-americanas tem como características bem marcantes: altos índices de desigualdade social, como nos exemplos da cidade de Macaé e de Goiânia, já citados; uma urbanização recente, atingindo patamares altos nas últimas décadas, resultado de uma mudança produtiva na economia desses países, que ocasionou intensos movimentos migratórios do campo para a cidade, e de avanços significativos no âmbito das condições sanitárias da vida urbana; metropolização, que significa a ampliação de grandes cidades, regiões ou aglomerações urbanas em algumas áreas mais que outras (provocando certo desequilíbrio nas redes urbanas) e a presença de problemas sociais de toda ordem nessas aglomerações (Freitag, 2006). Outro conjunto de processos, que identificam essas cidades e está vinculado à dinâmica de sociedades do capitalismo periférico, é: expansão, dispersão urbana e segregação sócio-espacial. Há, assim, crescimento acentuado de suas malhas urbanas, provocado pelo intenso processo de urbanização recente, como já foi destacado, sendo essa grande extensão urbana marcada pela periferia pobre da cidade, pela criação de espaços valorizados fora das áreas centrais e pela conseqüente deterioração dos centros originais da cidade. Pode-se, ainda, acrescentar a questão da grande concentração nos centros e de alta verticalização de suas construções.

Ainda outro aspecto que caracteriza o espaço latino-americano é a generalização do modo de vida urbano, tal como ocorre na maior parte do continente europeu e americano, articulando-se, de modo particular, a uma estrutura produtiva em muitos casos agrária ou de setor primário. No contexto do “mundo urbano” aqui analisado, não se pode negligenciar a relevância social e econômica dos espaços rurais (juntamente com os espaços urbanos), espaços dinâmicos e integrados ao processo social, porém, o que se verifica é a impossibilidade de tratá-los de modo dicotômico, pois são unidades inter-relacionadas, diferenciadas em termos morfológicos e por suas funções produtivas, mas com limites cada vez menos nítidos entre si, e com a predominância de um mesmo modo de vida.

Na tentativa de estabelecer alguns parâmetros para pensar o mundo urbano na contemporaneidade, destacando espaços latino-americanos, com seus novos processos, novos tempos, novos objetos

e novos conceitos, Blanco e Gurevitch (2002) destacam a resignificação do conceito de metrópole; o processo de metropolização e o aparecimento da metápolis, como conceito em elaboração. Nesses processos mais recentes, a cidade resulta de uma justaposição e superposição muito complexa de ações de diferentes atores, locais e globais, que se distinguem entre os que produzem a cidade, os que a consomem e os que a regulam.

Trata-se, como já foi dito, da dinâmica de espaços urbanos que é a expressão da contradição entre produção do capital, que transforma tudo em mercadoria e que submete o acesso, a produção da vida das pessoas e o usufruto do espaço urbano ao mecanismo da propriedade privada, estabelecendo e se movimentando pela contradição entre a cidade como valor de uso e como valor de troca. Nesse contexto, as cidades latino-americanas são espaços produzidos para viabilizar a vida de um número cada vez maior de pessoas, e nesse sentido contemplam estruturas e processos de identificação dessas pessoas, mas principalmente são espaços estruturados para garantir a realização, a reprodução do capital internacional em espaços periféricos.

Assim, destaca-se a segregação socioespacial como fenômeno dos espaços urbanos marcados, sobretudo, pela dinâmica de desenvolvimento capitalista periférico, decorrente de um processo de industrialização. Segundo Carlos (2006), a produção da segregação revela o movimento de passagem da cidade produzida enquanto lugar da vida para a cidade reproduzida sob os objetivos da realização do processo de valorização. Ou seja, a segregação espacial é a manifestação de um processo social excludente. Para Villaça (1998), uma das características mais importantes das metrópoles brasileiras, por exemplo, é a segregação espacial dos bairros residenciais de distintas classes sociais, que criam com isso sítios sociais. Esse processo é parte das explicações para o tipo de crescimento da malha urbana nas últimas décadas, pois na maior parte da América Latina o crescimento se deu em moradias precárias e irregulares.

Analisando a reflexão teórica sobre as cidades na última década, Capel (2010) alerta para o que lhe parece uma excessiva vinculação da dinâmica da cidade com a dinâmica do capitalismo, argumentando que os desdobramentos da produção do espaço urbano são resultantes de um processo mais complexo, que ultrapassa o problema do modelo econômico, e que, para além de destacar problemas da cidade, é necessário reconhecer, por um lado, que em outros períodos da história da humanidade alguns desses problemas eram até mais graves e, por outro, que houve conquistas sócio-econômicas bastante relevantes, como a melhoria das condições sanitárias para grande contingente populacional, melhoria da saúde, aumento da expectativa de vida e isso se materializa em grande medida na cidade.

No entanto, ainda que se possa estar de acordo com esse alerta de que é preciso cautela ao falar em crise das cidades vinculadas estritamente à crise do capital, crise habitacional, como o faz Harvey (2004, 2009), parece conveniente questionar a gestão das cidades. Em se tratando da maioria das grandes cidades latino-americanas, há problemas urbanos comuns que são sinais de uma crise de um modelo de gestão urbana que permite que essas cidades sejam incorporadas às redes produtivas globais, implementando-se em sua malha renovações e dinamismos decorrentes das conquistas no campo da ciência, da técnica e da informática, ao mesmo tempo em que admite dentro dessa mesma malha grandes extensões de áreas que abrigam milhares, milhões de pessoas alijadas cotidianamente dessas renovações, desse dinamismo. E esse cenário é particularmente visível nas cidades latino-americanas, pois sua paisagem é marcada pela divisão física e social de porções da malha urbana, em várias delas há pobres concentrados em grandes áreas e em outras, com superior padrão urbanístico, está a população mais rica.

Sendo assim, pode-se dizer que há semelhanças entre os problemas urbanos nas grandes cidades latino-americanas: exclusão social; urbanização intensa; mobilidade restrita; transportes públicos deficientes; habitação em déficit crescente; precários serviços, como de segurança, educação, saneamento, abastecimento de água; altos índices de violência; grande número de excluídos, desempregados, desabrigados, e, ainda, alto índice de poluição. Essas semelhanças aproximam as reflexões sobre essas cidades, e significa, como aponta Ciccolella (2010), uma fortaleza, não no sentido de um planejamento estratégico, mas no sentido de uma articulação para a luta comum no futuro próximo. Se isso é correto, pode-se também avançar nessa luta, que representa em última instância uma luta pelo direito de todas as pessoas a desfrutarem das conquistas das cidades, como patrimônio público, investindo no encaminhamento de elementos prioritários para ampliar esse direito à cidade. O direito à cidade é o direito de todos a criarem cidades que satisfaçam às necessidades humanas, a transformarem as cidades que existem. Capel (2010) aborda essa questão, fazendo referência à Carta Mundial pelo Direito à Cidade, cujo texto aprovado em Quito, no Fórum Social das Américas, em 2004, destaca os seguintes direitos:

1. “Todas las personas tienen derecho a la ciudad sin discriminaciones de género, edad, raza, etnia u orientación política y religiosa, y preservando la memoria y la identidad cultural en conformidad con los principios y normas que se establecen en esta carta.
2. La ciudad es un espacio colectivo culturalmente rico y diversificado que pertenece a todos sus habitantes.
3. Las ciudades, en corresponsabilidad con las autoridades nacionales, se comprometen a adoptar medidas hasta el máximo de los recursos que dispongan, para lograr progresivamente, por todos los medios apropiados, inclusive en particular la adopción de medidas legislativas y normativas, la plena efectividad de los derechos económicos, sociales, culturales y ambientales, sin afectar su contenido mínimo esencial.

Segundo Harvey, o direito à cidade está além de um direito ao acesso àquilo que já existe, “é um direito de mudar a cidade mais de acordo com o nosso desejo íntimo” (2009: 9). Com esse intuito, procurou-se no item seguinte, levantar alguns desses aspectos, para contribuir na sua compreensão.

UMA AGENDA DA GESTÃO URBANA PARA CONSTRUIR DIREITOS À CIDADE

Reafirma-se aqui a luta pelo direito à cidade como proposta de uma nova lógica para a gestão desse espaço, nela há de se partir do protagonismo do cidadão, dos seus interesses e de sua vida cotidiana. Assim, o entendimento de alguns dos problemas urbanos mais graves, como a desigualdade social, a pobreza, a dispersão das áreas pobres e segregadas, o comprometimento do ambiente urbano, tendo em vista a perspectiva aqui adotada para a análise, permite elencar pontos da pauta a se priorizar nessa luta:

A acessibilidade urbana democrática

A cidade, pensada como espaço coletivo, deve ser gerida com base no princípio da acessibilidade, ou seja, seus diferentes lugares devem ser acessíveis às pessoas que nela circulam cotidianamente. Para que isso seja possível, é necessário considerar as demandas pelos vários deslocamentos das pessoas: para o trabalho, para a escola, para o atendimento de serviços, para o lazer, para práticas

culturais. Essa meta coloca em pauta o cuidado com a constante construção e renovação das vias de acesso rápido, a garantia de tráfego ininterrupto em áreas prioritárias, sobretudo naquelas de localização periférica, para permitir a mobilidade das pessoas, que freqüentemente fazem deslocamentos diários de longa distância. Há de se ter cuidado igualmente com a estrutura do transporte coletivo. Os deslocamentos diários das pessoas são feitos predominantemente com a utilização do transporte coletivo, o que as fazem despender várias horas do dia entre a espera, o traslado e a troca de meios de transporte, e isso torna essa uma questão prioritária para a vida urbana.

Tendo como referência essa dimensão do cotidiano, Villaça (1998) destaca a força do fator deslocamento nos processos de estruturação e reestruturação do espaço urbano. Segundo esse autor, as metrópoles brasileiras “foram se estruturando sob o impacto da força mais poderosa (mas não única) atuante sobre a estrutura urbana: o domínio, pelas burguesias, das condições de deslocamento espacial do ser humano enquanto consumidor” (p. 313). Essa análise permite entender o quanto as possibilidades de usufruto dos espaços da cidade com sua estruturação cada vez mais dispersa e difusa nas periferias ficam limitadas em razão das dificuldades de deslocamento pela cidade. Assim, as demandas por aumento e melhoria de linhas de transporte coletivo são bastante legítimas. Os problemas decorrentes do acúmulo de veículos em grandes partes das cidades, entre eles, o trânsito lento, a contaminação atmosférica, as demoras nos deslocamentos, fazem parte do cotidiano das grandes metrópoles e comprometem a qualidade de vida, o conhecimento e o usufruto dos espaços, a participação na vida coletiva e nas atividades da centralidade urbana, o acesso aos benefícios sociais conquistados, da maioria de seus habitantes e visitantes.

Espaços públicos acessíveis para a maioria da população

De acordo com a linha de argumentação do texto, elege-se o espaço público como relevante elemento para a prática da gestão urbana democrática e participativa, que favorece o exercício da cidadania, na medida em que se entende que ele é o lugar do encontro das pessoas, das relações sociais, onde diferentes grupos e segmentos sociais, como os pobres, as crianças, os jovens, as mulheres participam coletivamente da produção da vida urbana. A preocupação com esse espaço revela, assim, uma gestão que tem como meta a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Os espaços públicos são lugares da coabitação, onde se podem expressar as infinitas diferenças. Pelo que propiciam de encontro e de co-presença, nesses espaços ocorrem explicitações das diferenças, das divergências, das contradições. Sendo assim, esses espaços promovem e ampliam as possibilidades de construção de cidadania.

O entendimento de que a cidade é um espaço público e um ambiente complexo da vida coletiva leva a destacar a idéia da relação entre os modos de organização desse espaço e os modos de existência das pessoas que ali vivem. A produção do espaço urbano e a produção de um modo de vida humano estão, pois, em íntima relação. Essa relação coloca, por sua vez, a tarefa de pensar, imaginar, propor, novos modos de vida possíveis dentro de um ambiente já construído, mas que pode ser reconstruído. Como coloca Harvey (2004, p. 210):

Quando (...) contemplamos futuros urbanos, temos sempre de combater uma ampla gama de sentidos emotivos e simbólicos que tanto informam como confundem nosso sentido do ‘caráter’ de [nossa] tarefa. Ao produzirmos coletivamente nossas cidades, produzimos coletivamente a nós mesmos. Projetos referentes ao que desejamos que sejam nossas cidades são em conseqüência projetos referentes a possibilidades humanas.

Ambiente cuidado

A Geografia é uma ciência que estuda o espaço, espaço concreto construído pelos homens ao longo de sua história, e o ambiente é o que resulta dessa construção. Assim, a Geografia sempre lidou com a questão ambiental, entendendo que todo ambiente é social. A concepção crítica de ambiente destaca suas dimensões social, ética e política, e propicia a identificação dos problemas ambientais como frutos da ação de sujeitos sociais específicos, com níveis de responsabilidade diferentes em relação a eles.

Particularmente, no espaço da cidade, há uma interação dinâmica de elementos sociais e naturais no ambiente urbano que tem resultado em grandes problemas, que se agravam em função da complexidade de ações dos homens e mulheres que nelas circulam, vivem, passeiam, trabalham. Todas essas ações são responsáveis pela configuração do ambiente, porém, as responsabilidades não são iguais, não são individuais, e a experiência com esses problemas não é a mesma para todos que moram na cidade, ou nela circulam. A complexidade do ambiente construído, com formas relativamente duráveis e dispendiosas que atendem a muitos interesses que são dominantes da sociedade, entre eles os econômicos, leva à percepção de que a tarefa de resolver esses problemas é complexa e exige conhecimento e participação de todos os cidadãos. A superação de determinados problemas do cidadão com seu ambiente na cidade depende de uma alteração do processo de estruturação interna, mas também, e concomitantemente, depende de mudanças de comportamentos sociais e culturais, de mudanças nas percepções ambientais do cidadão e mudanças de concepção de modo de produção do espaço.

Para se conseguir ambiente cuidado é preciso que os gestores considerem a interdependência de ações de asfaltamentos de ruas, esgoto, água, área de depósito de lixo, canalização de rios, criação de espaços públicos de lazer, definição de linhas de transporte urbano. Assim, faz parte dessa meta de priorizar a produção de um ambiente urbano de qualidade trabalhar em diferentes sentidos, que ultrapassam a criação/conservação de áreas verdes nos diferentes lugares da cidade, a descontaminação dos rios urbanos, e inclui também ações no sentido de superar situações de pobreza, de fome, de habitações precárias, de áreas degradadas nas porções nobres e nas áreas de periferia pobre.

Moradia digna e adequada

A gestão e o planejamento públicos devem assumir a tarefa de garantir o direito à moradia em condições espaciais adequadas para todos os habitantes da cidade. Essa defesa implica lutar contra a segregação espacial nesse espaço, contra o estabelecimento de áreas residenciais sem as condições mínimas de uma vida digna à população que nela habita, como tem acontecido na produção da cidade moderna, fato que já foi analisado em outra parte do texto. E deve-se entender essa habitação como algo que ultrapassa o simples direito de morar em locais salubres e seguros (ainda que se considere um avanço o alcance pleno desse direito). A preocupação deve ser a de regular as ações urbanas no sentido de garantir um ambiente adequado no entorno das moradias, o que inclui a regulação de uso do solo e a garantia de destinação de áreas verdes, espaços públicos de lazer e de passagem (com a manutenção necessária), a contemplação de equipamentos urbanos para a oferta de serviços básicos; e condições de acesso às áreas centrais da cidade, aos serviços básicos demandados, à cidade como um todo.

O destaque é pois ao direito de habitar, que é mais que morar (LEFEBVRE, 1991), é usufruir dos bens da cidade e também poder realizar as práticas espaciais diversas.

A participação cidadã no planejamento

Essa preocupação está ligada ao direito e à responsabilidade dos cidadãos em participar das políticas urbanísticas e das decisões sobre a cidade, participar na construção e na apropriação do espaço urbano.

Numa compreensão ampla de cidade, que contemple um projeto de cidade mais democrática, há de se fazer, pois, distinção entre as demandas dos diversos grupos de cidadãos: seus desejos, anseios, rotinas, estilos e a desigualdade de participação social. A cidade é o lugar da diferença, do contato, do conflito, o que pressupõe menor divisão/separação espacial, menor dispersão, maior convívio entre os diferentes, menor desigualdade social. Pretende-se, com isso, reafirmar um projeto de cidade que inclua as possibilidades de participação de todos que nela vivem para garantir que sejam considerados legítimos e que entrem na agenda da gestão urbana as diferentes demandas que expressam essa diversidade. Ou seja, que garanta seu usufruto pela população, que garanta o direito à cidade (LEFEBVRE, 1991), em seu dia a dia, em seu cotidiano.

Nesse sentido, vale a pena considerar a idéia de planejamento participativo, destacando-se as dificuldades de sua realização na prática, os desafios de se garantir uma participação efetiva e não uma pseudo-participação, as necessidades de se alterar as práticas dos agentes do planejamento e da gestão, para adotar uma concepção mais flexível e menos centralizadora de suas atividades profissionais. A cidade, nessa concepção, aparece como um fenômeno gerado pela interação complexa, não previsível ou manipulável plena e racionalmente pelos técnicos do planejamento e gestão.

Essa concepção de participação parte do princípio do desenvolvimento de uma sociedade autônoma, na qual a separação institucional entre dirigentes e dirigidos é abolida, fazendo surgir oportunidades de constituir uma esfera pública com vitalidade e composta por cidadãos conscientes, responsáveis e participantes. Segundo Souza (2003), para encaminhar nessa meta, a visão de participação popular deve ser radicalizada ao máximo. Assim, a sociedade civil precisa qualificar-se e organizar-se para elaborar propostas, estratégias, e garantir que elas sejam efetivadas. Nessa concepção, há uma característica a mais a destacar: os pesquisadores e técnicos não podem reivindicar privilégio quanto ao poder de estabelecer prioridades e definir as metas e os objetivos das intervenções no espaço urbano, pois a última palavra é dos envolvidos diretamente na vida cotidiana nas cidades e em seus problemas, ou seja, os próprios cidadãos.

Os elementos apresentados nesse texto para a análise das metrópoles mundiais e latino-americanas tem como campo de conhecimento de referência a Geografia, e sua contribuição é grande no sentido de ser uma análise que interroga a trama espacial dessas cidades, as localizações e os significados sociais e históricos dessas localizações, procurando partir da observação interrogativa da paisagem ultrapassando para a compreensão dos processos estruturantes que se materializam nessa forma de arranjo espacial que é a cidade, ou as cidades, na suas variedades.

Portanto, as características, a dinâmica, os problemas e as possibilidades de intervenção para superar os desafios apresentados devem ser objeto de preocupação de diferentes profissionais, mas a Geografia tem uma contribuição relevante nessa tarefa, pois, como pode ser demonstrado nesse

texto, ainda que de modo indicativo, suas formulação teóricas lhe permite pensar o espaço urbano em sua dialética material/imaterial; objetiva/subjetiva, estática/em movimento.

BIBLIOGRAFIA

- Bauman, Z. (2005). *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Blanco, J. e Gurevich, R. (2002). Uma geografia de las ciudades contemporáneas: nuevas relaciones entre actores y territorios. In Alderoqui, S. e Penchansky, P., *Ciudad y ciudadanos*. Buenos Aires: Paidós.
- Capel, H. (2010, 1 de agosto). Urbanización Generalizada, derecho a la ciudad y derecho para la ciudad. Conferencia inaugural del XI Coloquio Internacional de Geocrítica. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 7(331). Recuperado de <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-7.htm>.
- Carlos, Ana F. A. (2006). A segregação como fundamento da crise urbana. In Silva, J. B. da; Lima, L. C. e Dantas, E. W. C. (orgs.), *Panorama da geografia brasileira*. São Paulo: Annablume.
- Carlos, Ana F. A.. (2005). O direito à cidade e a construção da metageografia. *Cidades: Revista científica, Grupo de estudos urbanos*, 2(4).
- Carlos, Ana F. A. (2004). Uma leitura sobre a cidade. *Cidades: Revista científica, Grupo de estudos urbanos*, 1(1).
- Cavalcanti, Lana de S. (2008). *A Geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana*. Campinas, SP: Papirus.
- Ciccolella, P. (2010, 1 de agosto). Metropolis y desarrollo urbano más allá de la globalización. Hacia una geografía crítica de la ciudad latinoamericana. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, XIV, 2(331). Recuperado de <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-2.htm>
- Harvey, D. (2009). A liberdade da cidade. In *Geosp – Espaço e tempo* (26). São Paulo.
- Harvey, D. (2004). *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola.
- Freitag, B. (2006). *Teorias da cidade*. Campinas, SP: Papirus.
- Lefebvre, H. (1991). *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes.
- Souza, M. L. de (2003). *Mudar a cidade: Uma crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Villaça, F. (2001). *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. 2ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute.

Jornais:

O Popular (2008, 24 out). Goiânia, p. 1.

Diário da Manhã (2008, 24 out). Goiânia, p. 1.

Folha de São Paulo (2010, 26 set). São Paulo, Cadernos 4 e 8.

Artículo recibido 21 - 09 - 10. Aprobado 26 - 11 - 10.